

# Educomunicação em relatos de experiências didático-pedagógicas no ensino superior

Ana Claudia Fernandes Gomes

## Introdução

O paradigma da educomunicação norteia pesquisas, estudos de caso e projetos de intervenção em espaços formais e não formais de educação. O objetivo desse *paper* é o relato de experiências didático-pedagógicas realizadas em uma instituição privada de ensino superior localizada na região metropolitana de São Paulo. Metodologicamente, optou-se pela descrição dos projetos *Revista Folclore e Jornal Território* desenvolvidos nos cursos de graduação em Educação Artística e Serviço Social, respectivamente. As duas experiências constituíram ecossistemas educacionais, desenvolvidos pelos graduandos e docentes, que integraram saberes em projetos interdisciplinares e relacionaram teoria e prática, ensino e pesquisa. Ao conhecer as manifestações da cultura brasileira e as territorializações do espaço urbano a partir de entrevistas com seus atores sociais, os pesquisadores puderam vislumbrar ações de cidadania e (re)conhecimento de identidades, que são elementos essenciais para a transformação

social. O processo de conscientização crítica e as práticas da educomunicação na universidade são fundamentais para o rompimento de um sistema de ensino meramente tecnicista e profissionalizante.

### **Educomunicação no ensino superior**

De acordo com os projetos políticos pedagógicos do ensino superior, o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à cidadania e à conscientização social deve ser promovido por disciplinas de base humanística que discutam as interfaces entre indivíduo e sociedade. Com a redução da carga horária das disciplinas presenciais e a transferência de muitas disciplinas da base formativa para o ensino à distância, o trabalho com projetos integrados e interdisciplinares é bastante incentivado, porém, ainda pouco praticado pelos docentes no ensino superior.

O incentivo ao olhar antropológico, que valoriza a diversidade cultural em seus múltiplos aspectos, caracteriza a atuação do docente com formação em ciências sociais que leciona em diversos cursos de graduação. Os projetos descritos a seguir foram desenvolvidos em diferentes momentos históricos e organizacionais da mesma instituição de ensino superior, em cursos do período matutino e noturno das graduações em Educação Artística (2006-2010) e em Serviço Social (2011-2017). Como articulação de saberes, as disciplinas envolvidas no curso de Educação Artística foram Sociologia da Arte, Folclore, Mídias e Gravura. No curso de Serviço Social, as disciplinas envolvidas foram Sociologia, Antropologia Cultural e Social, Políticas Sociais e Projeto Integrado. O desafio inicial era conhecer a cidade e o entorno, a partir da atuação de grupos sociais urbanos.

A cidade como objeto de pesquisa é um tema clássico para as Ciências Sociais e para as Ciências da Comunicação. A configuração urbana envolve indivíduos em grupos sociais que estabelecem redes de sociabilidade e criam o espaço urbano a partir de representações simbólicas, artísticas e comunicacionais. O todo desse processo resulta em um complexo cultural sócio-histórico dinâmico, ou seja, a cultura está sempre em movimento e admite mudanças constantes. Dessa forma, a cidade transforma-se, a história recria-se e os indivíduos vitalizam a sociedade. De acordo com Geertz:

“o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (1989:15).

A abordagem metodológica adotada para os estudos sócio-antropológicos é a etnografia, que busca uma “descrição densa” da cultura. Baseia-se na pesquisa de campo e na observação participante como técnicas constituintes do processo de pesquisa, instrumentalizado em entrevistas qualitativas e quantitativas. Ainda segundo Geertz:

“há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (idem:31).

O espaço urbano, segundo a conceituação de Magnani (1998), pode ser considerado uma “mancha”, que reúne instituições e serviços, é recortado por “trajetos”, caminhos estabelecidos pelos grupos sociais e pode também abrigar vários “pedaços”, territórios com identidade cultural. É o encontro simbólico das diversidades.

Discutir as relações existentes entre educação e comunicação, a partir da análise do território e das manifestações folclóricas, torna-se relevante por elucidar as diversas interfaces sociais que configuram a teia cultural e simbólica que enreda-nos na contemporaneidade.

Ao descrever as aproximações entre fluxos comunicativos e práticas pedagógicas, Citelli afirma que:

“Trata-se, pois, de trabalhar o conhecimento não apenas como repositório do já sabido ou de um conjunto de informações (...) mas também como algo socialmente construído e em construção. Vale dizer, é imperioso pensar o ensino integrado em projetos de traba-

lho que façam sentido na perspectiva formadora do educando. Sobretudo, caberá à escola que se pretenda superadora dos modelos em vigência ativar as relações intersubjetivas dos jovens, afinal eis uma instância que os processos videotecnológicos ainda não conseguem elaborar de forma satisfatória” (2002;109)

Com o intuito de inovar a prática didático-pedagógica das disciplinas, criou-se um ecossistema comunicacional, que envolveu alunos, professores, gestores e atores sociais, em exercícios de aproximação e distanciamento em relação à realidade social (des)conhecida.

Segundo Soares,

“o conceito de ecossistema comunicacional designa, pois, na perspectiva da “gestão comunicativa”, a organização do ambiente, a disponibilidade dos recursos, o *modus faciendi* dos sujeitos envolvidos e o conjunto das ações que caracterizam determinado tipo de ação comunicacional. No caso, a família, a comunidade educativa, um centro cultural, ou mesmo uma emissora de rádio ou TV, podem criar, respectivamente, diferentes tipos de ecossistemas comunicacionais, envolvendo seus participantes e suas audiências, convertendo-se em objeto de planejamento e acompanhamento” (2002: 125).

A relação “eu e outro” é elemento central a ser trabalhado para a iniciação dos estudos culturais e sociais no primeiro ano dos cursos universitários. Os projetos educacionais aqui descritos tiveram como referência inicial o projeto pedagógico de pesquisa “Grupos sociais e cultura brasileira”, que objetivava a realização de uma pesquisa de campo, com observação participante e realização de entrevistas qualitativas, para a elaboração de etnografias sobre grupos sociais atuantes no território. Para a elaboração dos projetos educacionais, os alunos realizaram nova pesquisa de campo durante o segundo ano da graduação, com perspectiva multidisciplinar e com os instrumentais teóricos adquiridos anteriormente. Os registros realizados em fotografias, vídeos e gravações de entrevistas foram utilizados como conteúdo para a formatação da

revista e do jornal e como recursos audiovisuais para a apresentação dos trabalhos finais. A opção pelos formatos revista e jornal deu-se em função da grade curricular dos cursos e conhecimento técnico dos alunos, que não tinham formação em comunicação social, mas, poderiam utilizar os recursos disponibilizados pela instituição como laboratórios de informática e estúdio de TV.

Com o estabelecimento de parcerias entre professores e gestores, tornou-se possível a construção de um ambiente educ comunicativo no espaço universitário para a garantia de um estudo crítico, (re)criador e conscientizador.

### ***Revista Folclore e a formação do povo brasileiro***

Como obrigatoriedade educacional segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Lei de Diretrizes Básicas (LDB), vinculado aos estudos sociais, históricos e artísticos, o estudo do folclore é indissociável ao estudo da formação social brasileira e da origem étnica do povo brasileiro. Com aportes teóricos de Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, os licenciandos produziram pesquisa, textos e imagens para várias edições da Revista Folclore e aprofundaram a discussão sobre as diversas manifestações folclóricas como parte do processo sócio-histórico-cultural brasileiro. Temas como mitos e ritos, lendas, crenças, receitas, brincadeiras, casas, indumentárias, artesanatos, danças, músicas, teatros e festas foram abordados.

O trabalho iniciou-se com o desafio de estudar os atores das histórias que a História não conta e com os objetivos de promover a percepção e análise do panorama sociocultural brasileiro em seus aspectos folclóricos, assim como, identificar as diversas manifestações do folclore a partir da estrutura da sociedade de classes e seus reflexos sobre o fazer cultural do povo brasileiro.

Na primeira discussão em sala de aula, ao serem questionados sobre as manifestações folclóricas mais conhecidas, as principais referências giraram em torno dos personagens de mitos e lendas, com destaque para saci-pererê, curupira, boto cor-de-rosa, iara, mula-sem-cabeça, bumba-meu-boi ou boi-bumbá. De maneira geral, os alunos demonstraram pouco conhecimento em relação à conceituação e à relevância desta temática no âmbito educacional e seus significados socioidentitários para a cultura brasileira. Sendo assim, iniciou-se o

estudo pela análise da formação da estrutura social brasileira e da constituição do povo brasileiro.

A miscigenação racial e o sincretismo religioso são características básicas da diversidade da cultura brasileira, permeada por relações de poder estabelecidas entre dominantes “vencedores” e dominados “vencidos”. Nossa resistência cultural, índios e negros, desenvolveram o sincretismo religioso como indício de uma cultura de dominação, que atrelou as contribuições do povo dominado ao folclore e o registro oficial da História ficou por conta do povo dominante.

Os moldes da família patriarcal miscigenada configuraram-se entre as paredes da casa-grande e da senzala, segundo Gilberto Freyre e a partir do “cunhadismo”, descrito por Darcy Ribeiro como uma estratégia que obrigava o índio a trabalhar para o europeu. Após muitas conquistas territoriais, exploração econômica, choques culturais, aculturação e transformações sociais, surgiu o povo brasileiro e deflagrou-se uma crise de identidade nacional, sendo o Folclore o registro dos mitos, ritos, símbolos e linguagens construídos e transmitidos pelas gerações.

De acordo com Luís da Câmara Cascudo (1972), considerado o maior folclorista brasileiro por ter iniciado o registro do conhecimento folclórico a partir de relatos colhidos entre o povo, folclore é um patrimônio, milenar e contemporâneo, de tradições, que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. A palavra *Folk-lore* (conhecimento do povo) foi criada por um arqueólogo inglês, William John Thoms em um artigo publicado em 22 de agosto de 1846, data posteriormente oficializada como o Dia do Folclore.

Ainda segundo o autor, a Sociedade Brasileira do Folclore em 1941 fixou as características do motivo folclórico: antiguidade; anonimato; divulgação; persistência.

*“O folclore é o popular, mas nem todo o popular é folclore. (...) É preciso que o motivo, fato, ato, ação, seja antigo na memória do povo; anônimo em sua autoria; divulgado em seu conhecimento, e persistente nos repertórios orais ou no hábito normal. Que sejam omissos os nomes próprios, localizações geográficas e datas fixadas do episódio no tempo”* (Cascudo, 1972: 15-16).

O passado registrado em nossa memória folclórica remete-nos ao universo de nossa identidade cultural, simbolizada nas brincadeiras e brinquedos da infância rural ou urbana, nas histórias de aventuras e assombros contadas em rodas e como embalo do sono, nos cheiros de doces e salgados produzidos na tradicional cozinha com utensílios de barro e madeira, nas cantigas que revelam a violência velada em relação aos subordinados, nos artesanatos que configuram as regiões, nos cordéis presentes em vários cenários, no receituário homeopático transmitido oralmente, nas indumentárias de danças e festas típicas, na teatralização do cotidiano representado em várias linguagens, nas superstições, credences, lendas e mitos que constituem o nosso imaginário.

Como parte de um processo sócio-histórico dinâmico, o folclore atualiza-se sem desvincular-se da tradição, o que muitas vezes provoca o paradoxo da sociedade contemporânea, que considera a fragmentação do tempo e desconecta a referência histórica da essência do ser moderno. Novas referências culturais surgem constantemente, assimilações, aculturações, transculturações, adaptações, releituras, porém, conforme afirma Cascudo, “nem todo o popular é folclórico”. Como indício desse processo, pode-se observar o gradativo desconhecimento e suposto desinteresse das novas gerações em relação às “coisas do passado” ou como observou-se em alguns relatos obtidos entre os alunos “nunca imaginei que o folclore fosse tão importante”.

As instituições sociais responsáveis pelo processo educacional, cultural e artístico muitas vezes atuam de maneira fragmentada, não permitindo a abrangência do conhecimento. Enquanto a família transmite histórias, costumes e receitas sem a pretensão conceitual; a escola ensina a reconhecer os personagens de mitos e lendas folclóricas, assim como algumas cantigas e festas típicas, mas não estabelece vínculos com o passado histórico; a igreja rememora festas e fatos do passado tradicional, que constituem a sacralização do conhecimento folclórico, mas não permite que o profano estabeleça-se entre as referências proferidas; e finalmente, os meios de comunicação transmitem informações sobre as manifestações folclóricas que transformaram-se em shows midiáticos, festividades, crenças, lendas e mitos narrados em seriados e telenovelas. Dessa forma, cria-se um distanciamento entre as manifestações folclóricas e seus significados identitários nacionais, fazendo com que o tema do folclore interesse

a grupos de especialistas, divididos entre os praticantes populares das manifestações e os eruditos que dedicam-se a estudá-las.

Aí estão os desafios para os educadores e educadores, o estabelecimento do *religare*, a reconstituição dos sentidos, o incentivo à pesquisa de dados e as reconstruções educacionais. A investigação pode começar pelos registros, narrativas e linguagens e partir para uma “descrição densa” das teias significativas da cultura e dos ecossistemas comunicativos.

Os mitos mais citados podem ser analisados pelos elementos constituintes de nossa ritualística histórica: o saci pererê como representação da história de violência vivida pelos negros escravizados, a perna amputada junto com os traços culturais e o movimento de resistência cultural simbolizado pelas traquinagens e desordens criadas pelo personagem. O curupira, protetor das matas, contém o fogo em seus cabelos e tem os pés virados para trás, representando a inversão de caminhos traçada pelos povos indígenas, assim como, sua resistência cultural diante da invasão européia, que trouxe o fogo destruidor das matas como símbolo cultural de dominação. O boto cor-de-rosa e a iara representam a sexualidade nos mitos de origem, que utilizam a água como elemento procriador. A linguagem da sexualidade também está presente em outras manifestações folclóricas como: a mula-sem-cabeça, que simboliza a substituição da cabeça racional por um fogo interno incontido, representado pela mulher que rompe o preceito moral de não relacionar-se sexualmente com um padre; o animalismo presente nas narrativas e festas do boi, que representa a força, a virilidade, a língua desejada como elemento fálico; e finalmente, a cantiga da quadrilha aponta-nos “olha a cobra”, “olha a chuva”, “a ponte quebrou”, como elementos de regras morais de um Brasil rural, que representa a sua sociabilidade a partir do condicionamento da sexualidade a namoros vigiados pelos pais e casamentos arranjados, simbolizados pelo pai que obriga o noivo a casar-se com a noiva grávida, ou seja, a conduta social representada pela ponte foi quebrada pela cobra da sexualidade e pelo poder procriador da chuva. Considerando-se que até 1950 a maioria da população brasileira vivia no campo, justifica-se a prevalência de caracterizações da sociedade rural nas manifestações folclóricas.

O projeto *Revista Folclore* teve como produto final a criação e formatação de exemplares com 16 páginas, com textos em formato de reportagem, artigo, entrevista e propostas educacionais para o ensino de folclore. Cada equipe sorteou uma linha de pesquisa dentre: artesanato, dança e teatro, festas e cantigas, literatura, lendas e mitos, culinária e medicina popular, casa e indumentária, brincadeiras e brinquedos. Houve orientação para pesquisa e coleta de dados, realização de entrevistas e acompanhamento dos professores para a produção de textos, xilogravuras, que ilustraram as capas, e editoração das revistas. Finalmente, os exemplares foram apresentados em comunicações organizadas pelas equipes e todo o processo de produção do conhecimento foi avaliado por alunos-pesquisadores e professores-orientadores.

Os exemplares produzidos durante os anos de realização do projeto ficaram disponibilizados para a consulta do público interno e externo à universidade. O tema de investigação sobre Folclore suscitou trabalhos de conclusão de curso em Educação Artística e projetos de iniciação científica. Porém, o principal resultado foi a articulação de saberes em um projeto educ comunicativo coletivo e conscientizador.

### ***Jornal Território e os direitos humanos***

O projeto ético-político-pedagógico do curso de Serviço Social pauta-se nas diretrizes educacionais nacionais e no código de ética profissional elaborado e defendido pelos conselhos regionais (cress) e conselho federal (cfess). Dentre os princípios básicos, destacam-se:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (Cress-sp, 2018)

A partir dessas prerrogativas, o projeto *Jornal Território* promoveu o (re)conhecimento do território como um espaço político, econômico e cultural de atuação dos agentes sociais, que configuram as teias simbólicas da dinâmica social

urbana. O contato com a diversidade deu-se a partir de entrevistas com os moradores dos bairros, que narraram suas histórias e experiências como usuários dos serviços públicos e privados do município.

De acordo com Certeau (1994), “a arte de dizer” do narrador propicia a reconstrução de um tempo ausente permeado de vestígios simbólicos e significativos da formação de sua identidade social. As lembranças do cotidiano constituem a cultura plural e permitem o mapeamento das necessidades sociais.

Os depoimentos e registros fotográficos e videográficos foram utilizados na elaboração de um jornal de 8 páginas, com reportagens, artigos e entrevistas, que abordavam aspectos políticos, econômicos, históricos, culturais, artísticos e comunicacionais do território estudado. A observação de denúncias realizadas pelos moradores motivaram o aprofundamento da pesquisa em projetos científicos e projetos de intervenção na região.

Temas básicos do Serviço Social como saúde, moradia, trabalho, assistência social, meio ambiente, gênero, etnia, infância, adolescência e envelhecimento foram abordados durante a realização do projeto, garantindo a articulação transversal e interdisciplinar entre teoria e prática na formação acadêmica de alunos e professores, expressa posteriormente em trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica.

Cada equipe escolheu um bairro para a investigação, após um levantamento de dados demográficos e notícias divulgadas em jornais, revistas e sites, a pesquisa de campo desenvolveu-se a partir de visitas, observação participante, rodas de conversas e realização de entrevistas qualitativas com os moradores e profissionais atuantes em serviços do território. Além do jornal, as equipes produziram relatórios de pesquisa e realizaram apresentações orais com o apoio de recursos audiovisuais. Todo o processo pedagógico foi avaliado por alunos e professores e os jornais foram disponibilizados para a consulta da comunidade interna e externa à universidade.

Vale ressaltar a existência de outros projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados na universidade, que puderam dialogar com o Jornal Território, como o “UnG Cidades” e o “Culturalizando”, porém, o desenvolvimento de um trabalho educacional no curso de Serviço Social constituiu uma experiência

que agregou novos conhecimentos teóricos, técnicos e instrumentais para os graduandos. Ao analisar as diversas expressões da Questão Social, oriundas das desigualdades da sociedade capitalista de produção de mercadorias, o projeto permitiu a discussão sobre políticas públicas e sociais e a atuação do assistente social na garantia de direitos.

Assim como os Direitos Humanos são interligados, interdependentes e indivisíveis, a educomunicação também se constitui a partir da interação de saberes, de práticas sociais, de projetos e ações de cidadania e transformação social interligadas, interdependentes e indivisíveis. Ao defender a Educação em Direitos Humanos, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal indica algumas necessidades como:

“desenvolver processos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidades e de práticas que possam gerar ações e instrumentos em favor da defesa, da promoção e ampliação dos direitos humanos’ (MDH, 2018).

Nesse sentido, o direito à educomunicação dialoga com os direitos culturais, políticos, sociais, civis, econômicos, ambientais, sexuais e reprodutivos, com ênfase na liberdade de expressão garantida pelos direitos à educação e à comunicação. E o *Jornal Território* pode exemplificar a área de intervenção, ainda em consolidação, da Educomunicação Socioambiental, em um constante processo de construção e ressignificações, a partir de políticas e ações afirmativas que garantam a universalidade e a equidade na construção de uma sociedade justa e democrática.

### **Considerações Finais**

A educomunicação (Soares, 2014) dialoga com os campos e preceitos teórico-práticos dos campos da Educação e da Comunicação, mas, mantém a autonomia paradigmática e amplia as discussões para a dimensão cultural, que legitima o processo comunicativo como dinâmica social que representa e indica a transformação social. A partir da participação ativa em ações democráticas que garantem o direito universal à expressão e à comunicação, o ambiente escolar

configura as inter-relações entre alunos e professores e transforma-se. Na esfera do ensino superior, a realização de projetos educ comunicativos dinamiza e complexifica a formação acadêmica, ética e profissional dos cidadãos.

## Referências

- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Seleta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CITELLI, Adilson. “Comunicação e educação: aproximações” In: BACCEGA, Maria Aparecida, **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- CÓDIGO de ética profissional do assistente social. Disponível em [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br). Acesso em outubro de 2018.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- EDUCAÇÃO em direitos humanos. Disponível em [www.mdh.gov.br](http://www.mdh.gov.br). Acesso em outubro de 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SIMMEL, G. “Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: FILHO, E. M. (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. n. 34. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, Ismar de Oliveira. “Educomunicação e educação midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação”. In **Comunicação & Sociedade**. v 19, n 2, 2014

SOARES, Ismar de Oliveira. “Metodologias da educação para comunicação e gestão comunicativa no Brasil e na América Latina’ In: BACCEGA, Maria Aparecida, **Gestão de processos comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

## Sobre a autora

Aluna do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP. Mestre em Sociologia pela USP. Graduada em Ciências Sociais – Sociologia e Antropologia pela UNICAMP. Pesquisadora e docente dos ensinamentos básico e superior (presencial e à distância na graduação e pós-graduação). Orientadora, avaliadora e consultora de projetos científicos e de intervenção cultural. Membro da associação brasileira de pesquisadores e profissionais em educomunicação – ABPeducom. Ex-membro do comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Guarulhos e ex-coordenadora do curso técnico em “Orientação Comunitária” Pronatec-Ung. Anaclaufg@gmail.com